



Que comunidade científica?

Elisa Lopes da Silva

Ao longo do último ano, as críticas e os protestos mais frequentes à actual política científica têm-se centrado na diminuição abrupta e injustificada do financiamento público à investigação e, apontam alguns, à investigação das ciências sociais e humanidades, em particular. A diminuição, fragmentação e imprevisibilidade dos financiamentos públicos à ciência e a precarização definitiva dos investigadores são duas faces de uma mesma tendência que parece querer subordinar os critérios de produção científica académica aos interesses da rentabilidade económica e, embora mais mitigadamente, dos Estados (sabendo que ambos estão relacionados).

Contra esta tendência, a que alguns chamam de mercadorização dos saberes científicos, no último ano e meio um novo ciclo de protestos tem-se levantado em favor da autonomia e independência da produção científica académica.

1. Comunidade científica

Neste contexto, a expressão «comunidade científica» tem sido usada estrategicamente como sujeito da acção do protesto e objectivo

desse mesmo protesto, ou seja, aquilo que se quer afirmar e consolidar. O seu uso generalizado tem como primeiro efeito separar os membros da comunidade científica dos restantes membros da sociedade. Criando um dentro e um fora, um nós – cientistas – e um eles – todos aqueles que não fazem ciência –, a linha de separação, porque feita em torno da prática científica, socialmente valorizada, é também uma distinção simbólica que imputa superioridade ao campo. Este não é, de resto, um efeito indesejado: o uso estratégico de comunidade científica para reivindicar no espaço público melhores condições financeiras (e outras) do exercício da ciência faz uso dessa superioridade (ou mais-valia...) simbólica da ciência. (Daí, mas não só daí, que as humanidades, mais dificilmente catalogadas como ciência, tenham dificuldade de publicamente justificar a sua existência, mas já lá vamos.) A fabricação de uma identidade dos praticantes da ciência é politicamente tanto mais importante quanto neste momento se esbatem as fronteiras entre investigação científica e o «resto da sociedade». Face a esta porosidade, manifesta por exemplo no crescimento da ciência aplicada, produzida com fins de rentabilização comercial, ou na





presença de membros da «sociedade civil» nos conselhos consultivos e executivos das faculdades, universidades e centros de investigação, o uso público da expressão «comunidade científica» tem servido também para redefinir os seus próprios limites, afirmando a independência e autonomia do campo científico do saber.

Instrumental que tem sido no protesto, a noção de comunidade científica (académica) comporta alguns perigos (além da suposta superioridade moral): como noutros usos de comunidade, demasiadas vezes a noção tende a homogeneizar o campo, promovendo uma ideia de consenso e harmonia entre os seus membros que esconde as fissuras e as fracturas internas, os conflitos entre os seus membros, e, sobretudo, as desigualdades estruturais, as hierarquias internas que passam assim inquestionadas.

Tornando invisíveis as categorias internas – do catedrático ao doutorando (ou bolseiro de investigação) –, a defesa da comunidade pode esconder relações de poder diferenciadas entre os seus membros, desde o nível de rendimentos, o tipo (ou ausência) de contratos de trabalho, até ao diferencial de poder decisório. Esta invisibilidade das relações de poder entre os membros da comunidade académica é assunto tanto mais relevante quanto nos últimos anos cresceu o sistema científico, e com ele as suas categorias, acentuando-se as hierarquias e criando-se novas internas ao campo. Ou seja, a pirâmide das relações de poder do campo científico tem cada vez a base mais larga (engrossada com bolseiros de investigação, doutorandos e pós-doutorandos), sem que se tenham alterado consideravelmente as instituições científicas de forma a dar conta dessa transformação estrutural.

2. Produção de conhecimento

Será talvez tempo de trazer as palavras de ordem de liberdade e autonomia científica para o interior da comunidade.

O aumento dos financiamentos públicos à investigação científica académica é certamente condição necessária para assegurar a liberdade e autonomia da ciência, mas não é condição suficiente. E não é só porque o financiamento público (nacional ou europeu) comporta lógicas próprias – como as linhas de financiamento com critérios como o da «coesão nacional» ou da «identidade europeia» – que convém desvelar. E não é só no tipo de conhecimento produzido – mais produtos para a indústria biomédica e menos estudos clássicos – que importa fazer o combate pela produção científica que se quer independente. É preciso que os próprios membros da comunidade científica, os trabalhadores da ciência, estejam eles próprios – nós próprios – em condições de liberdade, ou que para lá caminhem.

E é difícil apregoar a independência científica da comunidade quando uma boa parte dela vive hoje em condições precárias. O crescimento exponencial do sistema científico em Portugal nos últimos 15 anos – em quantidade de trabalhadores e em conhecimento produzido – fez-se num contexto social de precarização progressiva das relações de produção, a que o campo académico não só não foi imune como foi largamente percursor dentro do Estado. Dos bolseiros de investigação aos doutorandos, dos docentes contratados e avençados aos pós-doutorandos, cresceram os trabalhadores científicos precários que não têm adequada, ou mesmo nenhuma, representação nos órgãos de decisão ou consulta do governo científico académico. Perante uma crescente mão-de-obra científica precária, as desigualdades dentro da comunidade





de científica, dos departamentos ou dos centros de investigação, encontram as condições para se transformarem em hierarquias incontestadas, com o debate científico a procurar apenas o consenso, e a crítica a dar lugar à deferência.

É claro que a ciência que fazemos é também fruto das condições em que a fazemos. Quando os órgãos colegiais que governam a universidade e o sistema científico são substituídos por formas tecnocráticas de gestão, em que se promovem as lideranças unipessoais e a competição entre investigadores pelos poucos recursos, não estamos apenas, talvez nem sobretudo, a trocar a democraticidade das instituições científicas pela eficiência do seu governo. Estamos a fazer ciência que será provavelmente mais individualizada nos seus processos e metodologias e menos crítica dos objectivos e resultados. É necessário que ser parte de uma comunidade científica signifique também que façamos ciência governando-nos em conjunto, que produzamos mais em cooperação do que em competição e dependência. E para isso é preciso que a solidariedade entre os vários membros da comunidade se faça sentir não só em relação ao seu exterior, mas também no seu interior. Não é só uma questão de boas práticas académicas: que os artigos assinados devam ser de facto escritos por quem os assina e que a co-autoria deva ser mais o resultado de formas de cooperação do que de subordinação. É preciso também atender a que a multiplicação de estatutos dentro da comunidade científica permitiu que uma segmentação do trabalho científico desse lugar, por demasiadas vezes, a hierarquias cristalizadas, dificilmente contestadas no quadro da instabilidade laboral e de desadequada representação democrática: uns fazem pesquisa de arquivo, preenchem questionários, transcrevem entrevistas, e outros escrevem, publicam e coordenam. E esta divisão cada vez

mais estanque do trabalho científico é possível apenas no quadro de precariedade eufemizada pela perspectiva de um recrutamento futuro.

É, portanto, necessário que à crítica da subordinação da ciência às lógicas do desenvolvimento económico de mercado, com a pressão governamental para a produção de conhecimento mercadorizável, que tem marcado em particular os protestos que vêm das ciências sociais e das humanidades, se junte a crítica de uma ciência produzida de modo mercantil.

3. Doutorandos: 100 por cento estudantes, 100 por cento trabalhadores

Neste contexto, a identidade dos doutorandos é híbrida. Cem por cento estudante, 100 por cento trabalhador, o doutorando tem cartão de estudante, paga propinas, frequenta aulas, dão-lhe notas mas também escreve artigos, faz comunicações, organiza conferências, em suma, produz ciência com o seu trabalho. O doutorando é o primeiro dos estudantes e o último dos investigadores. Ser estudante em formação avançada não é já apenas nem sobretudo um momento antecipatório do mundo do trabalho, mas parte desse mundo produtivo, sem que lhe sejam reconhecidos os direitos devidos a qualquer outro trabalhador.

E, um pouco paradoxalmente, as duas categorias, de estudante e de trabalhador, intensificaram-se nos últimos tempos. As funções produtivas do doutorando multiplicam-se: escreve e co-escreve artigos, ajuda a organizar conferências (tantas vezes apenas um eufemismo para secretariado), escreve relatórios de projectos, faz traduções (é chamado a contribuir para os índices de produtividade científica dos centros) e, por último, escreve a tese. Mas a





identidade de estudante foi também, depois da reorganização dos ciclos de formação avançada, reforçada: multiplicaram-se horas lectivas, controla-se a assiduidade (marcar faltas, coisa que não me acontecia desde que tinha 17 anos e andava na escola secundária...), faz-se avaliação numérica. Nesta razão pedagógica, por demasiadas vezes se substitui uma discussão científica entre pares com níveis de conhecimento e experiência de investigação diferenciados por uma transmissão vertical do conhecimento, fundada na crença na inerente falta de preparação, quando não ignorância dos doutorandos (e dos estudantes em geral).

É que se a universidade se parece por vezes com uma fábrica – esta é a crítica às pressões para a mercadorização do saber científico com os incentivos governamentais ao financiamento privado da ciência –, as mercadorias produzidas não são apenas os saberes mas nós próprios, membros de uma comunidade académica. Estudantes, docentes e investigadores parecem hoje cada vez mais governados de acordo com as lógicas económicas e disciplinadoras da produção mercantil, em que se interioriza os objectivos da empresa/universidade, a sua missão, a obrigação de obter resultados rapidamente, a gestão por projectos, a pressão do cliente e todos os condicionalismos ligados à precariedade. Quando se ouvem notícias como a do início desta semana, em que o Governo anunciou a intenção de transferir 1220 investigadores do Estado para as empresas, fica por vezes a dúvida se a mercadoria principal produzida no sistema científico não somos nós próprios. ●

Lisboa, 17 de Janeiro de 2015.

Elisa Lopes da Silva é doutoranda em História (Programa Interuniversitário de Doutoramento em História), no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

